

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 195, DE 24 DE MARÇO DE 2022

Publica a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados e revoga atos normativos no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º, inciso III, 8º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e na Portaria MEC nº 357, de 20 de março de 2020, alterada pela Portaria MEC nº 767, de 21 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Publicar, em cumprimento ao art. 7º, inciso III, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados no âmbito do Ministério da Educação - MEC, nos termos do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Revogar os atos normativos indicados no Anexo II a esta Portaria, em atendimento ao disposto no art. 8º do referido Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 31 de março de 2022.

MILTON RIBEIRO

ANEXO I

Portaria MEC nº 1.716, de 3 outubro de 2019.	Dispõe sobre a instituição, a organização e o funcionamento da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de que trata o art. 7º, § 5º, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
Portaria SEB nº 12, de 23 de abril de 2019.	Divulga as tecnologias educacionais com inscrição validada - Edital nº 25, de 2 de abril de 2018 - 2º Ciclo.
Portaria MEC nº 851, de 22 de abril de 2019.	Altera a Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada.
Portaria SEB nº 29, de 25 de outubro de 2019.	Define critérios da fase de expansão do Programa de Inovação Educação Conectada, para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica em 2019.
Portaria SEB nº 34, de 17 de dezembro de 2019.	Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios, via Plano de Ações Articuladas - PAR, para atendimento da iniciativa de aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos, no âmbito do Programa Inovação Educação Conectada.
Portaria SEB nº 35, de 17 de dezembro de 2019.	Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar e voluntário, às redes públicas de educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios, via Plano de Ações Articuladas - PAR, para o atendimento de iniciativas de aquisição de conjuntos de robótica educacional, no âmbito do Programa Inovação Educação Conectada.
Portaria MEC nº 756, de 3 de abril de 2019.	Altera a Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC.
Portaria MEC nº 1.371, de 16 de julho de 2019.	Altera dispositivos da Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC.
Portaria MEC nº 757, de 3 de abril de 2019.	Altera a Portaria nº 268, de 22 de março de 2018, que cria o Comitê Nacional de Implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Portaria MEC nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017	Homologa o Parecer CNE/CP nº 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental.
Portaria Interministerial MMA/MMIRDH/MEC/MDA nº 390, de 18 de novembro de 2015.	Institui o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente - PNJMA.
Portaria Conjunta MF/MEC nº 413, de 31 de dezembro 2002.	Implementa o Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF.
Resolução CD/FNDE nº 14, de 27 de junho de 2018.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 10, de 15 de maio de 2018, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa aos participantes da formação continuada no âmbito do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.	Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.
Resolução CD/FNDE nº 18, de 3 de setembro de 2014.	Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas da educação básica, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.
Resolução CD/FNDE nº 7, de 10 de dezembro de 2019.	Altera dispositivos da Resolução nº 10, de 14 de maio de 2018, que estabelece orientações para pagamento de bolsas para o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC.
Resoluções CD/FNDE nº 17, de 22 de dezembro de 2017.	Destina recursos financeiros para cobertura de despesas de custeio, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico, em conformidade com o Programa Novo Mais Educação.
Resolução CD/FNDE nº 23, de 3 de dezembro de 2021.	Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do Programa Tempo de Aprender.

Portaria MEC nº 546, de 20 de julho de 2021.	Altera a Portaria MEC nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, que institui o Programa Tempo de Aprender.
--	--

ANEXO II

Portaria MEC nº 611, de 27 de junho de 2018.	Institui a ação de apoio à formação de gestores no âmbito do Programa Mais Alfabetização e dispõe sobre o pagamento de bolsas para coordenadores estaduais e sobre as funções e responsabilidades dos bolsistas.
Portaria MEC nº 1.144, de 10 de outubro de 2016.	Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar.
Portaria MEC nº 826, de 15 de abril de 2019.	Institui a 12ª Edição do Prêmio Professores do Brasil.
Portaria Normativa MEC nº 20, de 8/10/2010.	Dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras.
Portaria MEC nº 1.246, de 15 de setembro de 2011.	Altera a Portaria nº 1.061, de 10 de novembro de 2009, que dispõe sobre a instituição do Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas, a escola aprendendo com as diferenças, e dá outras providências.
Portaria MEC nº 1.129, de 17 de novembro de 2013.	Cria o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento.

(Publicação no DOU n.º 58 de 25.03.2022, Seção 1, página 161)

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.